

# Prova de Certificação de Operadores do Mercado de Energia Elétrica – 2019

19/10/2019 – 14 horas

Esta prova consta de:

- um **Caderno de Questões** com **50 questões** em forma de teste de múltipla escolha (**peso 7**), **6 (seis) questões** discursivas, devendo ser escolhidas apenas **4 (quatro)** para serem respondidas (**peso 3**) e espaço para rascunho;
- um **Caderno de Respostas**, com **uma** Folha de Respostas das questões de múltipla escolha, e **5 (cinco)** folhas para as respostas das questões discursivas.

## Caderno de Questões - Instruções Gerais

- **Aguarde autorização do fiscal para abrir este caderno de questões.**
- Verifique se o seu nome está grafado corretamente no quadro de identificação da prova e **assine** no campo apropriado, colocando os seus números de **RG** e **CPF**.
- Duração total da prova: **4 horas**. O tempo deve ser controlado pelo candidato.
- O tempo inclui a transcrição das respostas. **NÃO** será dado tempo adicional para essa atividade.
- A saída do local do exame é permitida a partir das **15h30min**.
- A prova é **sem consulta**. Não é permitido o uso de outros materiais estranhos à prova nem conversa entre candidatos. Não é permitida durante a prova, a manipulação de **celulares, smartphones** ou de outros equipamentos eletrônicos trazidos pelo candidato. **Apenas calculadora simples (4 operações) trazidas pelo candidato poderá ser utilizada.**
- Os **Cadernos de Questões** e de **Respostas** devem ser devolvidos ao Fiscal de Sala ao término da prova.
- O **gabarito**, as **questões** e as orientações para **recursos** serão divulgados no **site da Abraceel a partir de 21/10/2019**.

## Instruções para as Questões de Múltipla Escolha

- Cada teste apresenta **cinco** alternativas, sendo correta apenas uma.
- Para cada teste, a resposta deve ser assinalada na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Preencha completamente o alvéolo correspondente à resposta julgada correta
- Não deixe questões em branco.

## Instruções para as Questões de Discursivas

- No Caderno de Questões encontram-se **6 (seis) questões**. **Devem ser escolhidas apenas 4 (quatro) para serem respondidas.**
- No Caderno de Questões encontra-se reservado espaço para rascunho.
- Cada questão deve ser respondida sucintamente, no espaço a ela reservado, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Em caso de erro, **riscar** as partes erradas. Não serão trocadas folhas durante a prova.

Nome do Candidato:

Assinatura do candidato: \_\_\_\_\_

Sala:                  Posição:                  Número:

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Realização:



Apoio:



## **RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever as respostas para o Caderno de Respostas)***

## Questões de Múltipla Escolha (H)

- 01.** O ressarcimento é um mecanismo criado com o objetivo de proteger os agentes compradores, caso as condições de comercialização ofertadas nos leilões não sejam integralmente observadas pelos vendedores, ao longo do período de suprimento do contrato. Sobre a apuração e periodicidade de cálculo do ressarcimento, no caso de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado na modalidade por Disponibilidade (CCEAR D), assinale a resposta correta.
- (a) Para usinas à biomassa, sem obrigação de entrega, o cálculo do ressarcimento é realizado mensalmente, comparando-se a geração e o contrato do mês de apuração.
  - (b) No caso de usinas térmicas sem obrigação de entrega, com modalidade de despacho tipos IA ou IIA, não há apuração de ressarcimento, tendo em vista que o vendedor já assume, mensalmente, a diferença entre a energia gerada e o despacho centralizado do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
  - (c) Para todas as usinas, somente ocorre apuração de ressarcimento quando a usina atrasa a entrada em operação comercial prevista em contrato, afetando, assim, a entrega de geração correspondente ao compromisso contratual.
  - (d) No caso de usinas eólicas, a verificação de ressarcimento é realizada apenas nas apurações quadrienais, para verificar se a geração correspondente foi suficiente para atender o contrato.
  - (e) No caso de usinas à biomassa com obrigação de entrega, não há apuração de ressarcimento, tendo em vista que o vendedor já assume, mensalmente, a diferença entre a obrigação de entrega e a geração.
- 
- 02.** Com relação à contratação de energia elétrica, realizada pelos agentes de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), assinale a resposta **INCORRETA**.
- (a) Nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, cada agente de distribuição poderá contratar energia elétrica correspondente ao seu montante de reposição e à recuperação de mercado. Entende-se por recuperação de mercado o somatório do montante de reposição não contratado nos cinco anos anteriores ao ano de realização do leilão.
  - (b) Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), decorrentes dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes, deverão prever a possibilidade de redução dos montantes contratados, a critério exclusivo do agente de distribuição. Uma dessas possibilidades é em razão do exercício, pelos consumidores potencialmente livres e os que se enquadram como especiais, da opção de compra de energia elétrica proveniente de outro fornecedor.
  - (c) A contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração distribuída será precedida de chamada pública e não poderá exceder a dez por cento da carga do agente de distribuição.
  - (d) Com o objetivo de possibilitar a complementação, pelos agentes de distribuição, do montante de energia elétrica necessário para o atendimento à totalidade de suas cargas, poderão ocorrer leilões de ajuste, com prazo de suprimento de até dois anos. O montante total de energia, que pode ser contratado, será de até um por cento da carga total contratada de cada agente de distribuição.
  - (e) Os custos de aquisição de energia elétrica nos leilões de compra proveniente de novos empreendimentos, realizados nos anos "A-5" e "A-6", podem ser integralmente repassados pelos agentes de distribuição às tarifas de seus consumidores finais.
-

**03.** O Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, define a Energia de Reserva como sendo aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), proveniente de usinas especialmente contratadas para este fim, por meio de leilões. Sobre essa modalidade de contratação, considere as seguintes afirmações:

- I. A cessão de energia de reserva é aplicável somente às usinas de fonte à biomassa, que se sagraram vencedoras em Leilões de Energia de Reserva.
- II. No caso de o empreendimento de geração não entrar em operação comercial na data programada, a Receita Fixa Mensal, ao qual o Vendedor tem direito, será retida.
- III. A energia efetivamente produzida por usinas que venderam nos Leilões de Energia de Reserva é comparada com o montante contratual e a diferença é assumida pelos compradores no âmbito do Mercado de Curto Prazo.
- IV. A parcela de garantia física comprometida com reserva não entra no cálculo de Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia.
- V. A penalidade de energia de reserva é aplicável apenas às usinas à biomassa.

Sobre as afirmações, está correto apenas o contido em

- (a) I e III.
- (b) I, II e III.
- (c) II, IV e V.
- (d) III, IV e V.
- (e) I, II e IV.

---

**04.** Considere o texto a seguir:

Cabe à agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promover, direta ou indiretamente, licitação na modalidade de leilão para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme estabelece o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004. Tais leilões são realizados:

- nos anos “A-3”, “A-4”, “A-5” e “A-6”, para energia elétrica proveniente de \_\_\_\_\_;
- nos anos “A”, “A-1”, “A-2”, “A-3”, “A-4” e “A-5”, para energia elétrica proveniente de \_\_\_\_\_; e
- nos anos “A-1”, “A-2”, “A-3”, “A-4” e “A-5” e “A-6”, para energia elétrica proveniente de \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (a) empreendimento de geração existente ;  
leilões de compra exclusiva de fontes alternativas ;  
novo empreendimento de geração
- (b) novo empreendimento de geração ;  
empreendimento de geração existente ;  
leilões de compra exclusiva de fontes alternativas
- (c) leilões de compra exclusiva de fontes alternativas ;  
empreendimento de geração existente ;  
novo empreendimento de geração
- (d) novo empreendimento de geração ;  
leilões de compra exclusiva de fontes alternativas ;  
empreendimento de geração existente
- (e) empreendimento de geração existente ;  
novo empreendimento de geração ;  
leilões de compra exclusiva de fontes alternativas

---

**05.** O mecanismo de contratação da energia de reserva

- (a) prevê que esta modalidade de contratação seja formalizada por meio de dois contratos: o Contrato de Energia de Reserva (CER) e o Contrato de Uso de Energia de Reserva (CONUER).
  - (b) foi criado para estimular o fornecimento de energia eólica no Brasil.
  - (c) considera a energia proveniente de usinas de novos empreendimentos, não se aplicando a empreendimentos existentes.
  - (d) considera que a energia de reserva é contabilizada e liquidada em qualquer mercado, tanto o de curto prazo como o de longo prazo, sem a participação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
  - (e) preconiza que a contratação dessa energia é viabilizada apenas por meio de acordos entre as partes (comprador e vendedor).
-

**06.** O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

- (a) é coordenado pela Eletrobras e gerenciado pela Ministério de Minas e Energia.
- (b) considera que toda a energia produzida pelos participantes do programa tem garantia de contratação pela Eletrobras por 30 anos.
- (c) tem como participantes apenas pequenas centrais hidrelétricas.
- (d) envolve contratos que representam os montantes comercializados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (e) tem como vendedoras as usinas participantes desse programa, e como compradoras, as concessionárias de distribuição de energia, consumidores livres e especiais e autoprodutores adquirentes da quota-parte deste programa.

---

**07.** A Cláusula 2 – Exclusões de Caso Fortuito ou Força Maior, do contrato padrão do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBGE), afirma que salvo se pactuado de outra forma, alguns eventos serão excluídos da caracterização de casos fortuitos ou força maior.

Analise os seguintes eventos:

- I. Problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de qualquer das partes.
- II. Insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de quaisquer das partes.
- III. Variações do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em qualquer valor.

Dentre os eventos apresentados, são eventos excluídos da caracterização de casos fortuitos ou força maior no contrato padrão do BBGE

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) III, apenas.
- (d) I e II, apenas.
- (e) I, II e III.

---

**08.** O contrato padrão do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBGE) prevê, na sua Cláusula 7 – Eventos Setoriais Extraordinários, que a não ser que seja acordado de outra forma entre as partes, nas operações com preço atrelado ao Preço de Liquidação das Diferenças médio do mês (PLD médio), esse preço

- (a) poderá ser alterado por eventuais revisões do PLD.
- (b) poderá ser redefinido no caso de alteração na metodologia de cálculo do PLD pela autoridade competente.
- (c) poderá ser redefinido no caso de definição dos limites mínimo e máximo do PLD pela autoridade competente.
- (d) se manterá fixo e irrealizável.
- (e) será mensalmente reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

---

**09.** Com relação aos requisitos de migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (a) Um consumidor não pode se tornar livre por fonte convencional se sua tensão de conexão for inferior a 69 kV e sua ligação for anterior a 08/07/1995.
- (b) Dois consumidores ligados em Baixa Tensão, pertencentes ao mesmo CNPJ, podem constituir um consumidor especial, caso agrupem as unidades consumidoras, e a soma de suas demandas seja igual a 1.000 kW.
- (c) Um consumidor de 1.000 kW não pode se tornar um consumidor especial, caso sua data de ligação seja posterior a 08/07/1995.
- (d) Um consumidor A2 ligado posteriormente a 08/07/1995, cuja demanda é de 7 MW, pode comprar energia por fonte incentivada no ACL.
- (e) Um consumidor primário ligado em 69 kV com data de ligação posterior a 08/07/1995, cuja demanda é de 10 MW, pode comprar energia por fonte incentivada no ACL.

10. Considere as seguintes afirmações de requisitos para a obtenção da autorização para atividade de comercialização junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

- I. Comprovação do adimplemento intrassetorial dos sócios e acionistas controladores diretos ou indiretos.
- II. O objeto social da pessoa jurídica deve apresentar designação específica para exercer tal atividade.
- III. Capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- IV. Indicação completa do grupo societário ao qual pertence, informando os percentuais das participações societárias e o organograma do grupo.

São requisitos necessários para autorização, conforme a Resolução N° 678 de 2015, os itens contidos em

- (a) I e II, apenas.
- (b) II e III, apenas.
- (c) I, II e III, apenas.
- (d) I, II e IV, apenas.
- (e) I, II, III e IV.

---

11. A Lei 10.848/04 dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, estabelecendo regulamentos e diretrizes. Assinale a alternativa que apresenta diretriz(es) **INCORRETA(S)** sobre a Lei.

- (a) Condições gerais e processos de contratação regulada; e condições de contratação livre e mecanismo de realocação de energia para mitigação do risco hidrológico.
- (b) Condições de contratação livre; alocação de cotas de geração; e processos de definição de preços e condições de contabilização e liquidação das operações realizadas no mercado de curto prazo.
- (c) Instituição da convenção de comercialização; e regras e procedimentos de comercialização, inclusive as relativas ao intercâmbio internacional de energia elétrica.
- (d) Tratamento para os serviços ancilares de energia elétrica e para as restrições de transmissão e limites de contratação vinculados a instalações de geração ou à importação de energia elétrica, mediante critérios de garantia de suprimento.
- (e) Condições gerais e processos de contratação regulada; condições de contratação livre; e instituição da convenção de comercialização.

---

12. Considere os requisitos a seguir a respeito do Contrato de Compra de Energia Incentivada (CCEI):

- I. Energia elétrica contratada, discriminada por segmentos mensais e/ou anuais.
- II. Período de suprimento e Critérios de Rescisão.
- III. Submercados de entrega e de consumo.

Segundo a Resolução Normativa N° 247/06, são cláusulas mínimas à celebração do CCEI os requisitos contidos em

- (a) II, apenas.
- (b) III, apenas.
- (c) I e II, apenas.
- (d) I e III, apenas.
- (e) I, II e III.

13. A respeito do tratamento do consumidor parcialmente livre, descrito pela Resolução Normativa Aneel N° 376/09, é correto afirmar:

- (a) O Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER), celebrado entre o Consumidor Parcialmente Livre e a distribuidora local, deverá dispor sobre o montante de energia elétrica contratada, discretizado em períodos anuais para todo o período de fornecimento do contrato.
- (b) No caso de período de fornecimento do Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) superior a 12 meses, deverá ser permitida a revisão dos valores mensais de energia elétrica contratada a cada período de 6 meses, observadas as disposições de Regras e Procedimentos de Comercialização aplicáveis ao registro desses valores.
- (c) Os montantes de energia elétrica contratada nos termos do Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER), observados os valores de energia medida, deverão ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), sendo esses montantes tratados como carga da distribuidora para fins de contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no mercado de curto prazo.
- (d) O critério de faturamento do Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) celebrado com Consumidor Parcialmente Livre deverá ser a energia contratada da unidade consumidora, limitada ao montante de energia elétrica medida.
- (e) A solicitação de acréscimo do montante de energia elétrica associado ao Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) por Consumidor Parcialmente Livre deverá ter, quanto aos prazos para atendimento e demais condições, tratamento semelhante aos casos de retorno de Consumidor Cativos ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

14. A operação do agente varejista se tornou possível a partir da publicação da Resolução Normativa n° 570, de 23 de julho de 2013. Dentre as principais diretrizes, estão as condições necessárias para se tornar um Agente Representante. Nesse contexto, analise as afirmações a seguir:

- I. O agente proponente a varejista não pode ter incorrido em qualquer descumprimento de obrigação no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) nos últimos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de solicitação de sua habilitação;
- II. A liquidação financeira das operações é efetivada de forma unificada, em nome do Agente Representante;
- III. Eventuais descontos associados às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição são aplicados de maneira uniforme a todas as unidades consumidoras modeladas sob um mesmo perfil contábil do varejista;
- IV. O Agente Representante deverá considerar a cota de energia do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) no processo de faturamento dos consumidores representados;
- V. Para atuar como varejista, é necessário, dentre outros, possuir um limite operacional não inferior a quatro milhões de reais e um patrimônio líquido mínimo de um milhão de reais.

Sobre as afirmações, está correto o contido em:

- (a) I, II e IV, apenas.
- (b) I, III e V, apenas.
- (c) II, III e IV, apenas.
- (d) II, IV e V, apenas.
- (e) I, II, III, IV e V.

15. Sobre os representados na comercialização varejista, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (a) São elegíveis à representação os consumidores com unidades consumidoras aptas à aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- (b) É de responsabilidade exclusiva do Varejista realizar todo o relacionamento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), inclusive o direito a voto, em nome de seu representado.
- (c) São elegíveis à representação os detentores de concessão, autorização ou registro de geração com capacidade instalada inferior a 50 MW não comprometidos com Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), Contrato de Energia de Reserva (CER) ou Cotas.
- (d) O representado deve estar contratado com um único varejista.
- (e) Nos casos de desligamento do agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que passe à representação por um varejista ou de alteração do varejista, a transferência do histórico de comercialização é compulsória.

**16.** O Código de Ética da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) trata, em um de seus itens, do relacionamento com a imprensa. Analise as afirmações a seguir, associadas a esse relacionamento:

- I. O Comitê de Ética da Abraceel será responsável pela aprovação das políticas referentes à contratação de porta-vozes, relacionamento com a imprensa e utilização da marca e do nome da Abraceel.
- II. Nenhuma associada pode falar em nome da Abraceel, com a imprensa ou qualquer outra entidade ou indivíduo, sem prévia autorização do Presidente Executivo da Abraceel.
- III. Os convites para eventos de qualquer natureza, onde a Abraceel for representada de forma oficial, serão respondidos pelo Presidente Executivo, que poderá indicar representantes.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I, apenas.
- (b) II, apenas.
- (c) III, apenas.
- (d) II e III, apenas.
- (e) I, II e III.

---

**17.** Sobre o Código de Ética da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), tem-se que

- (a) os princípios gerais deverão ser seguidos obrigatoriamente pela Abraceel, sendo facultado às suas associadas segui-los ou não.
- (b) um dos princípios gerais afirma que qualquer agente econômico é livre para praticar formas de troca mercadológica seguindo os princípios da livre concorrência, oferta e procura.
- (c) na caracterização da atuação da Abraceel, é definido que esta não exercerá atividades político-partidárias nem manifestará opiniões político-partidárias, apenas poderá fazer contribuições e doações a políticos, partidos políticos ou organizações políticas.
- (d) na caracterização da atuação da Abraceel, é definido que esta poderá realizar ações conjuntas com entidades governamentais do setor elétrico com vistas à realização dos seus objetivos sociais, porém não poderá realizar ações conjuntas com entidades privadas ou não governamentais.
- (e) patrocínios, doações monetárias ou em produtos e serviços não poderão ser realizados pela Abraceel.

---

**18.** Qual é a definição do Custo Marginal de Operação (CMO)?

- (a) É o custo por unidade de energia produzida para atender a um acréscimo de carga no sistema.
  - (b) É o custo de introdução de unidade de energia produzido pela Termoelétrica de menor preço.
  - (c) É o custo decorrente da introdução de uma nova Usina Hidráulica no Sistema Interligado Nacional (SIN).
  - (d) É o custo de introdução de unidade de energia produzido pela Usina Eólica de menor preço no Sistema Interligado Nacional (SIN).
  - (e) É o custo de introdução de unidade de energia produzido pela Usina Solar de menor preço no Sistema Interligado Nacional (SIN).
-

**19.** No cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), os dados oriundos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) são tratados, ou seja, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) não considera as restrições elétricas internas aos submercados, dentre outros pontos. Entretanto, a regulamentação vigente prevê alguns tratamentos excepcionais das restrições elétricas para a formação do PLD. Dentre as afirmações a seguir, assinale a alternativa correta em relação aos tratamentos excepcionais das restrições elétricas considerados no cálculo do PLD.

- (a) As restrições elétricas internas, que afetem o limite de transporte de energia entre os submercados, e que sejam de natureza estrutural, ou seja, aquelas que necessitam de solução de planejamento, devem ser consideradas no cálculo do PLD.
- (b) As restrições elétricas que sejam decorrentes da ampliação de consumo de energia em virtude do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de caráter temporário, mesmo que internas ao submercado, devem ser consideradas no cálculo do PLD.
- (c) As restrições elétricas que sejam decorrentes exclusivamente de atrasos de transmissão localizadas no Sistema Isolado, e que não impliquem em limitação de escoamento desta energia, devem ser consideradas no cálculo do PLD.
- (d) As restrições elétricas decorrentes exclusivamente de atrasos na importação de energia da Argentina, e que impliquem em limitação de escoamento de nova oferta de energia, devem ser consideradas no cálculo do PLD.
- (e) As restrições elétricas decorrentes exclusivamente de atrasos na importação de energia do Uruguai, e que impliquem em limitação de escoamento de nova oferta de energia, devem ser consideradas no cálculo do PLD.

---

**20.** No cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) não são consideradas as restrições de transmissão internas a cada submercado e as usinas em testes, de forma que a energia comercializada seja tratada como igualmente disponível em todos os pontos de consumo e preço único dentro de cada submercado. No cálculo do preço considera-se

- (a) o Custo Marginal de Longo Prazo (CMLP).
- (b) as restrições de transmissão entre os submercados.
- (c) o Custo da Energia de Reserva (CER).
- (d) o Custo de Deslocamento Hidráulico (CDH).
- (e) o Custo Econômico de Curto Prazo (CEC).

---

**21.** As usinas hidrelétricas representam a maior fatia do conjunto do parque de geração do sistema elétrico brasileiro. O cálculo do Plano de Liquidação das Diferenças (PLD) utiliza conhecidos modelos matemáticos que buscam o equilíbrio entre os benefícios do uso presente ou do armazenamento futuro da água, que é mensurado em termos da

- (a) necessidade de introdução de novas usinas termoelétricas.
- (b) variação do preço do petróleo no mercado mundial.
- (c) evolução da produção de petróleo nacional.
- (d) economia esperada pela não utilização dos combustíveis das usinas termoelétricas.
- (e) disponibilidade de petróleo e gás natural produzidos pelo país.

---

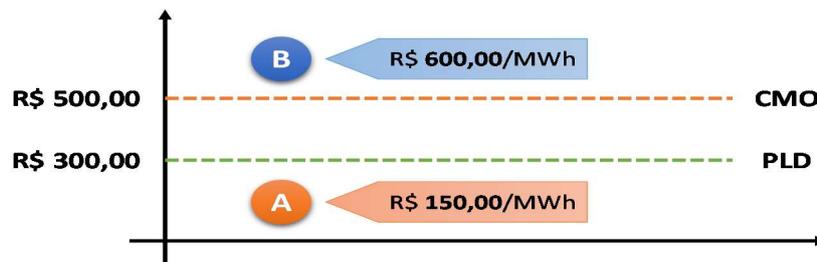
**22.** A principal importância do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) no Modelo Setorial é

- (a) prover indicações da estabilidade do valor da energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN).
  - (b) garantir a estabilidade de preços durante o período da concessão.
  - (c) atrair novos empreendedores para a construção de novas usinas.
  - (d) indicar a necessidade de ampliação de alternativas da matriz energética nacional.
  - (e) induzir a eficiência econômica, incentivando ao mercado competitivo.
-

23. Um dos fatores que influenciam a volatilidade dos Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) é o volume de Energia Natural Afluente (ENA) nos reservatórios das Usinas Hidrelétricas. Outro fator que pode influenciar a evolução do PLD é
- o volume de energia armazenado nos reservatórios.
  - as restrições operativas no Sistema Interligado Nacional (SIN).
  - o crescimento do mercado no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
  - o crescimento do mercado no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).
  - o índice de perdas nos sistemas de distribuição dos submercados.

24. Assinale a alternativa que indica a instituição responsável pelo cálculo e a periodicidade de cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças máximo (PLDmax), utilizado para delimitar o maior valor possível (teto) para o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- O PLDmax é calculado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mensalmente.
  - O PLDmax é calculado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), anualmente.
  - O PLDmax é calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), anualmente.
  - O PLDmax é calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mensalmente.
  - O PLDmax é calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), semanalmente.

25. O quadro abaixo apresenta um cenário com um valor de Custo Marginal de Operação (CMO) e do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para determinada semana operativa, e apresenta também o Custo Variável Unitário (CVU) de duas usinas tipo IA (despachada/programada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico) com CVU declarado, a usina A com CVU de R\$ 150,00/MWh, e a Usina B com CVU de R\$ 600,00/MWh.



Legendas:

- CMO = Custo Marginal de Operação (calculado pelo ONS);
- CVU = Custo Variável Unitário da Usina (calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para o período);
- Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) = Preço de Liquidação das Diferenças (calculado pela CCEE para o período).

Com base neste cenário, analise as afirmações abaixo referentes à apuração de Encargos de Serviço do Sistema (ESS):

- Poderá ser apurado ESS - tipo CONSTRAINED-ON em relação à Usina "B", de forma a complementar o custo de geração não coberto pelo PLD, havendo um Despacho Associado ao Pagamento de Encargos por Restrição de Operação.
- Poderá ser apurado ESS - tipo CONSTRAINED-OFF em relação à Usina "B", de forma a complementar o custo de geração não coberto pelo PLD, havendo um Despacho Associado ao Pagamento de Encargos por Restrição de Operação.
- Poderá ser apurado ESS - tipo CONSTRAINED-OFF em relação à Usina "A", de forma a cobrir o custo de oportunidade perdido em relação ao PLD, devido a uma restrição de operação.
- Poderá ser apurado ESS - tipo CONSTRAINED-ON em relação à Usina "A", de forma a cobrir o custo de oportunidade perdido em relação ao PLD, devido a uma restrição de operação.

Está correto apenas o contido em

- I e III.
- I e IV.
- II e III.
- II e IV.
- I, II e IV.

- 26.** Os preços de curto prazo no mercado brasileiro são conhecidos pela sua extrema volatilidade. Fornecedores de energia, quando pretendem negociar contratos de médio ou de longo prazo (4 a 10 anos), baseiam-se principalmente
- (a) no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) calculado na semana para o submercado onde o futuro cliente/consumidor está localizado.
  - (b) nas tarifas praticadas pela distribuidora onde se localiza o futuro cliente, sendo sempre conveniente garantir um desconto de pelo menos 15% em relação às tarifas reguladas.
  - (c) no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) calculado pela média do histórico de todos os submercados.
  - (d) em referenciais também de longo prazo de outros fornecedores ou de contratos já disponíveis na carteira do fornecedor.
  - (e) no cálculo oficial da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- 

- 27.** A Conta Ambiente de Contratação Regulada (ACR), administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foi destinada a cobrir total ou parcialmente, no período de fevereiro a dezembro de 2014, as despesas das distribuidoras de energia elétrica decorrentes de exposição involuntária no mercado de curto prazo e dos despachos de usinas termelétricas vinculadas a contratos por disponibilidade do ambiente regulado. Seus recursos foram obtidos
- (a) com um *pool* de bancos envolvendo entidades privadas e públicas.
  - (b) com o Bradesco, que como entidade gestora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foi a única instituição a fornecer os recursos para financiar a Conta ACR.
  - (c) apenas com bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que financiaram a Conta ACR.
  - (d) apenas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que foi financiador da operação da Conta ACR.
  - (e) a partir do Fundo de Amparo ao Trabalhador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- 

- 28.** A Energia de Reserva contratada para garantir o aumento da segurança do sistema elétrico tem seus custos suportados
- (a) pelas Distribuidoras que possuem usinas localizadas na sua área de concessão.
  - (b) pelos consumidores livres por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER), que é calculado com base nos contratos firmados com essas usinas.
  - (c) pelos consumidores por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER), mas levando-se em conta que a energia dessas usinas é liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), e a receita dessa liquidação, eventualmente, pode ser maior do que o custo do contrato, o que contribui para a modicidade tarifária.
  - (d) pelo Tesouro Nacional com repasses anuais.
  - (e) pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).
- 

- 29.** As distribuidoras têm obrigação regulatória de contratação de 100% de suas necessidades com pelo menos 5 anos de antecedência. Assim, conforme suas análises, podem ou não participar nos leilões de compra de energia de longo prazo ou nos leilões de ajustes. Como consequências, em sua carteira de contratos podem ocorrer diferentes composições da energia que serão fornecidas aos seus clientes. Sobre este contexto pode-se afirmar corretamente que o “mix” de contratos de energia afeta
- (a) as tarifas, mas o consumidor não é prejudicado, pois a Conta de Desenvolvimento Energético produz compensações anuais.
  - (b) as tarifas, mas o consumidor não é prejudicado, pois as cotas de energia proveniente das hidrelétricas que tiveram suas concessões prorrogadas pela MP-579 produzem o reequilíbrio de possíveis distorções.
  - (c) a tarifa pela obrigação de participar de todos os leilões.
  - (d) a tarifa em decorrência da eventual participação e efetivação de contratos com volumes significativos em leilões que apresentam preços mais elevados.
  - (e) a tarifa quando as mesmas não são equalizadas em uma mesma classe em um mesmo submercado.
-

**30.** Quais são os itens que compõem a Parcela “B” da tarifa das distribuidoras?

- (a) Compra de energia, Custos operacionais e Contratos Bilaterais.
- (b) Cota de Itaipu, Remuneração e Leilões de Energia.
- (c) Custos Operacionais, Remuneração e Depreciação (Quota de Reintegração).
- (d) Custos Operacionais, Leilões de Energia e Transporte de Energia.
- (e) Compra de Energia, Transporte de Energia e Quota de Reintegração.

**31.** Sobre o sistema de Bandeiras Tarifárias, pode-se afirmar corretamente:

- (a) Elas são cobradas de todos os consumidores, independentemente se estes estão contratados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- (b) Foram criadas como uma estratégia para implementar um aumento tarifário, sem que fosse explicitada esta intenção.
- (c) Representam uma cobrança relativamente a custos variáveis, mês a mês, que sempre foram incluídas nas tarifas por ocasião dos reajustes tarifários.
- (d) Como as condições hidrológicas variam de região para região, é possível a existência de bandeiras de diferentes cores conforme a maior ou menor necessidade de despacho térmico em um determinado submercado.
- (e) Por ser uma cobrança excepcional, não incidem tributos, como o ICMS, na parcela das tarifas.

**32.** Considere as afirmações abaixo, sobre a estrutura do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE):

- I. O CNPE é composto por um colegiado de Ministros de Estado, sem participação de outros organismos.
- II. Os Ministros de Estado poderão ser representados por seus respectivos Secretários-Executivos.
- III. O CNPE é presidido pelo Ministro de Estado da Economia.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) II, apenas.
- (b) III, apenas.
- (c) I e II, apenas.
- (d) I e III, apenas.
- (e) I, II e III.

**33.** Considere as seguintes afirmações sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (a) O CNPE pode se reunir ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente.
- (b) O CNPE é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia, destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.
- (c) As atividades dos integrantes do CNPE são remuneradas.
- (d) O CNPE poderá constituir Grupos de Trabalho e Comitês Técnicos para analisar e opinar sobre matérias específicas.
- (e) O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento integra o CNPE.

**34.** O Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, representa a União como Poder Concedente e formulador de políticas públicas, bem como indutor e supervisor da implementação dessas políticas nos seguintes segmentos:

- I. geologia, recursos minerais e energéticos;
- II. aproveitamento da energia hidráulica;
- III. mineração e metalurgia; e
- IV. petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear.

Cabe, ainda, ao Ministério de Minas e Energia a energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural, quando custeada com recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional, e

- (a) desenvolver os programas de conservação de energia e fiscalizar sua implementação junto as empresas geradoras de energia.
- (b) zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de recursos energéticos no País.
- (c) prover os subsídios necessários para a complementação dos programas de eficiência energética as empresas transmissoras de energia elétrica.
- (d) desenvolver estudos de integração energética internacional com os países limítrofes.
- (e) fomentar o desenvolvimento dos programas de pesquisa e desenvolvimento junto às distribuidoras.

35. A tarefa de planejamento desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) necessita frequentemente de dados e estatísticas. Sobre esta função, pode-se afirmar corretamente que a EPE
- (a) utiliza-se de informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
  - (b) utiliza os relatórios do Ministério de Minas e Energia, em especial o Info-Mercado, publicado semanalmente por esta entidade.
  - (c) consolida e publica as principais informações e estatísticas que usa em seus processos de planejamento e em estudos específicos.
  - (d) consolida suas estatísticas, mas não as divulga, sendo sua base de dados exclusiva para uso interno.
  - (e) depende, para realizar suas funções, de planejamento e das estatísticas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e tem sua tarefa dificultada porque o referencial dessas duas organizações não é unificado.
- 

36. O Art. 1º da Resolução ANEEL de nº 570/13 estabelece os requisitos e procedimentos atinentes à comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). A comercialização a que alude o *caput* caracteriza-se pela representação
- (a) de entidades caracterizadas como Consumidores Especiais por Comercializadores Independentes.
  - (b) de consumidores sem restrição de nível de tensão ou montante de demanda contratada, por detentores de Geração Distribuída não vinculados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que disponham de energia alternativa e registro do montante de energia compatível com o total de contratos de suprimento firmados.
  - (c) de consumidores com demanda igual ou superior a 3.000 kW, por Comercializadores e ou Distribuidoras habilitadas pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE).
  - (d) por agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) habilitados, de entidades a que é facultado não aderir à CCEE.
  - (e) por Comercializador, agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), habilitado a mais de três anos, e que atenda consumidores com demanda igual ou inferior a 500 kW.
- 

37. Os conselhos de consumidores têm sido objeto de interesse crescente por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Este interesse crescente propiciou inclusive um Projeto de P&D que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GESEL/UFRJ). Sobre os Conselhos de Consumidores, pode-se afirmar corretamente que
- (a) o interesse é crescente, desde que o cargo de Conselheiro passou a ser remunerado.
  - (b) quando não existem indicações das entidades representativas das classes de consumidores que compõem o Conselho de Consumidores, a Distribuidora deve indicar, entre seus colaboradores, representantes, de tal forma que exista quórum mínimo para as deliberações previstas em seu estatuto.
  - (c) os Conselhos de Consumidores são criados pelas distribuidoras, e funcionam como função executiva nos temas de qualidade e tarifas em toda a área de concessão.
  - (d) a criação de Conselhos de Consumidores é uma obrigação legal apenas das empresas que possuem controle estatal, seja federal, estadual ou municipal.
  - (e) as atividades dos Conselhos de Consumidores são desenvolvidas segundo regulamentação elaborada pela ANEEL.
- 

38. Considere as seguintes afirmações em relação à Modalidade Tarifária Horária Branca (Tarifa Branca):

- I. A Tarifa Branca é composta pelos Postos Tarifários Ponta, Intermediário e Fora de Ponta, definidos em R\$/MWh.
- II. A Tarifa Branca é aplicável de forma obrigatória a todos os consumidores do grupo B.
- III. A estrutura tarifária padrão, proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), coloca a Relação entre a TUSD BRANCA intermediária e a TUSD BRANCA fora ponta com um fator de valor 3,00 (TUSD: Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição).

Sobre as afirmações, pode-se dizer que **NÃO** está correto o contido em

- (a) I, apenas.
  - (b) II, apenas.
  - (c) I e II, apenas.
  - (d) II e III, apenas.
  - (e) I, II e III.
-

- 39.** Para a liberação de uma instalação para operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) verifica se a instalação atende às condições contratuais e aos requisitos estabelecidos em Procedimentos de Rede, e se os testes de comissionamento foram realizados sem restrições. Esse processo finaliza com a emissão pelo ONS do Termo de Liberação (TL) para os agentes da transmissão. Para os demais agentes, o documento emitido pelo ONS, em cada caso, é a
- (a) Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR) a todos esses agentes.
  - (b) Declaração de Autorização de Integração por Tempo Determinado (DAITD) para consumidores livres.
  - (c) Declaração de Estabilidade do Represamento (DER) aos geradores com potência acima de 50 MW.
  - (d) Declaração de Relação Exclusiva com a Distribuição (DRED) para consumidores cativos.
  - (e) Declaração de Comprovação de Atendimento ao PRODIST (CAP) para os consumidores atendidos pelas Distribuidoras.

- 40.** Considere as seguintes afirmações em relação ao Programa Mensal da Operação Energética (PMO):
- I. O PMO tem como objetivo fornecer metas e diretrizes a serem seguidas pelos órgãos executivos da programação diária da operação e da operação em tempo real.
  - II. O PMO é elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sem a participação dos agentes envolvidos.
  - III. O PMO tem a função de otimizar os recursos disponíveis para a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (a) I, apenas.
  - (b) III, apenas.
  - (c) I e II, apenas.
  - (d) I e III, apenas.
  - (e) I, II e III.
- 41.** Os Encargos são cobrados dos agentes de mercado para cobertura dos custos necessários para manutenção do suprimento de energia elétrica e confiabilidade do sistema elétrico. De que forma esses encargos são cobrados?
- (a) De todos os agentes, de forma proporcional ao montante de votos e contribuição, mas podem ser aliviados com recursos do excedente financeiro e das exposições positivas.
  - (b) Dos Autoprodutores, dos Consumidores Livres e Especiais e das Distribuidoras, com base na carga verificada, mas podem ser aliviados com recursos do excedente financeiro, das exposições positivas e recursos advindos do pagamento de penalidades.
  - (c) Dos Autoprodutores, dos Consumidores Livres e Especiais e das Distribuidoras, com base no montante de contratos, sem direito a alívio nesse pagamento.
  - (d) De todos os agentes, com posição devedora na contabilização do Mercado de Curto Prazo, mas podem ser aliviados com recursos do excedente financeiro, das exposições positivas e recursos advindos do pagamento de penalidades.
  - (e) Somente das Distribuidoras, com base na carga verificada, mas podem ser aliviados com recursos do excedente financeiro e das exposições positivas.

- 42.** Considere as seguintes afirmações com respeito à Cessão de Montantes de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre:
- I. O Consumidor Livre e o Consumidor Especial podem realizar cessão em quantidade limitada à sobra contratual que possuem.
  - II. A Cessão de Montantes de Energia Elétrica deve estar compreendida dentro do período de vigência do contrato original.
  - III. Se a cessão for proveniente de um contrato de energia incentivada, o desconto de repasse associado é o mesmo do contrato original que deu origem à cessão.
  - IV. É possível realizar uma cessão, tendo como origem outra cessão.
  - V. Se o montante de uma cessão registrada for superior ao do contrato original, ocorrerá um ajuste no montante cedido, para que esse se iguale ao montante do contrato original.

Sobre as afirmações, está correto apenas o contido em

- (a) I e III.
- (b) I e IV.
- (c) III e V.
- (d) I, III e V.
- (e) II, IV e V.

- 43.** Considere que a sua empresa realizou um contrato de compra no Ambiente de Contratação Livre, que o vendedor ficou com uma posição devedora na contabilização do Mercado de Curto Prazo, e não aportou Garantias Financeiras. Nesse cenário, indique a alternativa que relaciona corretamente os possíveis impactos para sua empresa como compradora de energia.
- (a) Ajuste do contrato de compra, que poderá resultar em impactos negativos na contabilização do Mercado de Curto Prazo, na apuração de Penalidades e redução de desconto; contudo, esses efeitos são assumidos pelo vendedor, por meio do Ajuste na Contabilização Decorrentes do Não Aporte de Garantia Financeira.
  - (b) Ajuste do contrato de compra, que poderá resultar em alguns impactos ao comprador, como a exposição na contabilização do Mercado de Curto Prazo, a apuração de infração por insuficiência de lastro para fins de penalidade de energia, e a redução do repasse de desconto.
  - (c) O comprador não sofre nenhum um impacto nas apurações realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Por outro lado, o vendedor fica inadimplente, pode haver incidência de multa, e ser iniciado o seu processo de desligamento da CCEE.
  - (d) O contrato de compra é ajustado, porém o comprador pode participar dos Leilões de Ajustes, promovidos pela CCEE, de forma a permitir a mitigação de risco por parte do comprador.
  - (e) O comprador não sofre nenhum um impacto nas apurações realizadas pela CCEE e o vendedor pode adquirir uma cessão de energia, antes da apuração de sanções previstas em Regras e Procedimentos de Comercialização.
- 

**44.** Nos mercados de ativos de risco, dentre esses no de energia, há, fundamentalmente, três tipos de participantes:

- I. Aqueles que agem no mercado protegendo-se contra oscilações de preços dos ativos.
- II. Aqueles que procuram diferenças de preços entre mercados para tirarem proveito das mesmas.
- III. Aqueles que atuam no mercado visando o lucro como objetivo primordial.

Dentre as alternativas a seguir, assinale a que contiver, na mesma ordem das definições I, II e III, o tipo de participante a que se referem.

- (a) Arbitradores, *Hedgers* e Especuladores.
  - (b) Especuladores, Arbitradores e *Hedgers*.
  - (c) *Hedgers*, Especuladores e Arbitradores.
  - (d) Especuladores, *Hedgers* e Arbitradores.
  - (e) *Hedgers*, Arbitradores e Especuladores.
- 

**45.** Quando as condições do mercado se tornam instáveis, afetando a produção de energia elétrica, tem-se o seguinte tipo de risco:

- (a) Risco de quantidade.
  - (b) Risco cambial.
  - (c) Risco macroeconômico.
  - (d) Risco microeconômico.
  - (e) Risco operacional.
- 

**46.** A incapacidade de se transformar um ativo em dinheiro é um tipo de risco financeiro. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que corretamente denomina esse risco.

- (a) Risco de Crédito.
  - (b) Risco de Liquidez.
  - (c) Risco de Taxa de Juros.
  - (d) Risco de Taxa de Câmbio.
  - (e) Risco de Capital.
-

47. Uma das alternativas de gerenciamento do risco no mercado de energia é por meio de derivativos. Dentre estes derivativos de energia está aquele que se refere a um acordo entre partes, para comprar um determinado bem ou ativo, em uma determinada data futura a um preço previamente estabelecido. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que corresponde à definição dada.
- (a) Opções de Compra.
  - (b) Contratos Futuros.
  - (c) *Collars*.
  - (d) Contratos a Termo.
  - (e) *Swaps* Financeiros.
- 
48. Um investidor detém uma carteira que replica o Índice Bovespa, e decide comprar uma opção de venda do IBOVESPA. Ao assumir tal posição, o investidor está
- (a) aumentando seus ganhos, caso o mercado siga para uma tendência de queda.
  - (b) limitando suas perdas, pois acredita que o valor total das ações vai subir.
  - (c) limitando suas perdas, pois acredita que o valor total das ações pode cair.
  - (d) totalmente protegido contra altas ou baixas do valor total das ações.
  - (e) aproveitando possíveis oportunidades de arbitragem no mercado.
- 
49. Admita uma operação em mercado envolvendo uma opção de compra referente a uma ação cotada no mercado à vista por R\$ 5,00. O prêmio da referida opção de venda, negociado em mercado e, referente à ação cotada a R\$ 5,00, é igual a R\$ 0,50/ação. Admita como lote padrão, definido pela bolsa de valores, 100.000 ações. O que ocorre com o prêmio pela opção de compra e o resultado do investidor, nessa situação, se o preço do ativo subir para R\$ 6,50/ação no mercado à vista?
- (a) Continua o mesmo e o resultado é positivo.
  - (b) Cai e o resultado é negativo.
  - (c) Cai e o resultado é positivo.
  - (d) Eleva-se e o resultado é negativo.
  - (e) Eleva-se e o resultado é positivo.
- 
50. Um investidor que deseja proteger um passivo em dólar deverá
- (a) comprar dólar futuro ou comprar uma opção de compra.
  - (b) comprar dólar futuro ou vender uma opção de venda.
  - (c) vender dólar futuro ou comprar uma opção de compra.
  - (d) vender dólar futuro e comprar uma opção de venda.
  - (e) vender dólar futuro e comprar uma opção de compra.
- 

### **RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever as respostas para o Caderno de Respostas)***

## Questões Discursivas (H)

**A SEGUIR SÃO APRESENTADAS 6 (SEIS) QUESTÕES DISCURSIVAS.  
ESCOLHA APENAS 4 (QUATRO) PARA RESPONDER.**

### **QUESTÃO 1**

**ESCOLHIDA? SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_**

No caso de empreendimentos comprometidos com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs D), provenientes de leilões de energia nova, se a entrada em operação comercial da usina, prevista no cronograma original de implantação, for posterior ao início do período de suprimento do contrato, poderá ocasionar alteração no valor da receita fixa a ser recebida. Para minimizar o efeito sobre a receita, é possível ao Agente realizar recomposição de lastro. Considerando o exposto, responda:

- (a) De que formas o agente pode recompor lastro para minimizar os efeitos do atraso na entrada em operação comercial da usina?
- (b) Qual será o critério de precificação da Receita Fixa a ser recebida pelo Agente, no caso de o Agente optar por não recompor o lastro?

---

### **RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***

**QUESTÃO 2**

ESCOLHIDA? SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_

As usinas eólicas têm tido participações expressivas nos Leilões de Energia realizados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No entanto, cada leilão conta com particularidades específicas de tratamento das respectivas modalidades contratuais, que devem ser observadas pelos empreendedores vencedores desses leilões.

Observadas essas particularidades, responda as seguintes perguntas, considerando os contratos decorrentes dos Leilões de Energia de Reserva e os contratos na modalidade por Disponibilidade, decorrentes dos Leilões de Energia Nova, para usinas da fonte eólica.

- (a) Qual o tratamento dado à energia gerada mensalmente para cada um destes contratos?
- (b) Considerando que há limites mínimos e máximos utilizados como referência na apuração de cada um dos anos do quadriênio pertencentes a esses contratos, o que acontece com a energia gerada que ultrapassar os respectivos limites máximos?

---

**RASCUNHO**

*(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)*

**QUESTÃO 3**

ESCOLHIDA? SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tem o papel de calcular o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), obtido com base no Custo Marginal de Operação (CMO), apurado pelos modelos matemáticos implementados em programas computacionais, com os quais é calculado, para cada submercado, um valor específico para um determinado período de apuração e para cada patamar de carga. Estes mesmos modelos também são utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a determinação do despacho físico das usinas. Por construção, os modelos irão calcular o despacho buscando o menor custo de operação para o Sistema Interligado Nacional (SIN), observando restrições e parâmetros. Os valores de PLD/CMO calculados pela CCEE, para os 4 (quatro) submercados, para cada patamar de carga e para cada semana operativa, podem ser iguais ou podem ser distintos, dependendo da utilização dos recursos disponíveis, de acordo com as decisões tomadas pelos modelos, que em sua execução realizam a leitura de vários parâmetros, ou dados de entrada. Dentre os parâmetros utilizados pelos modelos destacam-se os seguintes: Hidrologia, Previsão de Carga, Nível de Armazenamento, Disponibilidade de Usinas, Limites de Intercâmbio e Custo Variável Unitário (CVU) de usinas termelétricas.

Legendas:

- Custo Marginal de Operação (CMO) (calculado pelo ONS).
- Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) (calculado pela CCEE para o período).

Levando em conta as informações passadas, responda às seguintes questões:

- (a) Qual parâmetro utilizado pelos modelos é determinante para que os valores de PLD/CMO calculados pela CCEE sejam iguais entre os submercados para determinada semana e patamar?
- (b) Explique em que situação os valores de PLD/CMO calculados pela CCEE podem ser distintos entre os submercados para determinada semana e patamar. Caso deseje, pode(m) ser utilizado(s) exemplo(s) numérico(s) para melhor ilustrar a sua resposta.

---

**RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***

**QUESTÃO 4****ESCOLHIDA? SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_**

São entendidos como Encargos Setoriais os custos não gerenciáveis suportados pelas concessionárias de distribuição, instituídos por Lei, cujo repasse aos consumidores é decorrente da garantia do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

Para fins de cálculo tarifário, os custos da distribuidora são classificados em dois tipos:

- Parcela A: Compra de Energia, transmissão e Encargos Setoriais; e
- Parcela B: Distribuição de Energia.

Os **Encargos Setoriais** e os **Tributos** não são criados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, sim, instituídos por leis. Alguns incidem somente sobre o custo da distribuição, enquanto outros estão embutidos nos custos de geração e de transmissão.

Pergunta-se:

- 1) Quais são os Encargos Setoriais instituídos por leis, e em que parcela eles são inseridos? Identificar ao menos 3 (três encargos)
- 2) Quais são os Tributos incluídos na tarifa?
- 3) Que outro item de serviços prestado pelas distribuidoras é também integrante da fatura dos consumidores?

---

**RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***

**QUESTÃO 5**

ESCOLHIDA? SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_

Especificar as características dos diferentes tipos de consumidores de energia elétrica:

- a. Consumidor Cativo.
- b. Consumidor Livre.
- c. Consumidor Parcialmente Livre.
- d. Consumidor Especial.

Quais são os requisitos para a migração dos consumidores?

---

**RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***

**QUESTÃO 6**

ESCOLHIDA? SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_

Considere um gerador, proprietário de uma usina participante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que em um determinado mês, apurou um Fator de Ajuste do MRE 90%. Considere, ainda, os seguintes dados:

- Garantia Física Sazonalizada = 100.000 MWh – para fins de MRE e Lastro.
- Fator de Ajuste do MRE = 90%.
- Contrato de Venda = 95.000 MWh.

**Observações:**

- Esse gerador não repactuou o risco hidrológico e nem possui liminar relacionada ao tema;
- Despreze o efeito de perdas da rede básica.

Considerando o cenário apresentado, pede-se:

- (a) O montante de exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP). Justifique a sua resposta.
- (b) Como esse mês deve contribuir para a média móvel de penalidade de energia? Indique esse valor e justifique a sua resposta.

---

**RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***

**RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***

**RASCUNHO**

***(Não será considerado na correção. Transcrever a resposta para o Caderno de Respostas)***